

O golpe de 2016 e os dilemas do Brasil contemporâneo: as interpretações de Jessé Souza e José Maurício Domingues em perspectiva comparada

The coup of 2016 and the dilemmas of contemporary Brazil: the interpretations of Jesse Souza and José Maurício Domingues in comparative perspective

MARCOS ABRAÃO RIBEIRO

RESUMO

Este artigo analisa em perspectiva comparada as interpretações de Jessé Souza (2016, 2017) e José Maurício Domingues (2013b, 2017), que aplicam suas teorias sociológicas para compreender a crise brasileira atual. Os dois sociólogos produziram teorizações que têm como objetivo romper com as tradicionais interpretações do Brasil e, ao mesmo tempo, teorizar sobre a modernidade global e seus dilemas a partir da periferia. Tendo em vista os objetivos comuns, a questão central deste texto é problematizar a ruptura proposta por Souza e Domingues com o pensamento político brasileiro (PPB), que interpreta nossos dilemas contemporâneos como se estes fossem derivados de fatores tradicionais e particulares à realidade brasileira, como “patrimonialismo” e “populismo”. A partir da análise comparativa dos esforços teóricos dos sociólogos para analisar uma crise ainda em vigência, a hipótese deste artigo é que Domingues foi mais bem sucedido em seu esforço de produzir teoria sociológica de alcance global e se afastar das interpretações particularistas da realidade brasileira.

Palavras-chave: Jessé Souza, José Maurício Domingues, Teoria sociológica, Golpe de 2016, PPB.

ABSTRACT

This article analyzes in a comparative perspective the interpretations of Jessé Souza (2016, 2017) and José Maurício Domingues (2013b, 2017), that apply their sociological theories to understand the Brazilian crisis generated by the parliamentary coup of 2016. The two sociologists produced theories that aim to break with traditional interpretations of Brazil and, at the same time, to theorize about global modernity and its dilemmas from the periphery. Considering the common objectives, the central issue of this text is to analyze the rupture proposed by Souza and Domingues with the Brazilian political thinking (BPT), which interprets our contemporary dilemmas as if they were derived from traditional and particular factors to the Brazilian reality, such as "patrimonialism" and "populism". From the comparative analysis of the theoretical efforts of sociologists to analyze a crisis still in progress, the hypothesis of the article is that Domingues was more successful in his effort to produce sociological theory of global reach and to move away from the particularistic interpretations of the Brazilian reality.

Keywords: Jessé Souza, José Maurício Domingues, Sociological theory, Parliamentary coup, BPT.

INTRODUÇÃO

O Brasil atravessa uma severa crise nas esferas política, econômica e social desde a eleição presidencial de outubro de 2014¹, quando a então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), se reelegeu para um mandato de quatro anos, e que foi interrompido pelo

¹ Gostaria de agradecer a Glauber Matias e Marcos Giusti pela leitura atenta, sugestões e críticas às versões anteriores deste artigo. Gostaria de agradecer de forma especial a Carlos Pinho pela leitura cuidadosa, críticas, sugestões e, sobretudo, pelo incentivo para que eu reordenasse a construção do argumento. É importante destacar que as ideias defendidas neste texto são de inteira responsabilidade do seu autor.

golpe parlamentar² de junho de 2016 (SANTOS, 2017). Desde então, foram produzidas várias interpretações para compreender os fatores que levaram à deposição de Dilma Rousseff, bem como as ações que foram levadas a cabo pelo governo Michel Temer com sua agenda neoliberal³.

Neste artigo, analiso em perspectiva comparada as interpretações de Jessé Souza (SOUZA, 2016, 2017) e José Maurício Domingues (DOMINGUES, 2013b, 2017), dois dos mais importantes sociólogos brasileiros contemporâneos que, cada qual ao seu modo, aplicam suas teorias sociológicas para compreender a crise brasileira. Os autores possuem importância central porque se propõem a ir de encontro às interpretações do pensamento político brasileiro que analisam os dilemas contemporâneos como consequências de fatores particulares à nossa realidade, tais como “patrimonialismo” e “populismo” (VILLAS BÔAS, 2006).

Para alcançar meus objetivos, dividi o artigo em três partes. Na primeira, exponho as causas da dificuldade estrutural existente nas ciências sociais brasileiras para produzir teoria social, que faz com que as interpretações particularistas de nossa realidade continuem sendo hegemônicas. Logo após, exponho as críticas de Souza e Domingues à teoria da modernização e ao pensamento político brasileiro (PPB), que são ações utilizadas pelos sociólogos para enfatizar a importância de seus empreendimentos teóricos.

Na segunda parte, exponho de maneira resumida a proposta de Jessé Souza de uma teoria crítica da modernidade periférica⁴. Em seguida, exponho suas análises da conjuntura política

² Wanderley Guilherme dos Santos (2017) defende que o golpe parlamentar de 2016 não é algo estranho ao universo democrático, mas elemento intrínseco a ele. Nesse sentido, é um equívoco interpretá-lo como uma singularidade brasileira fruto, por exemplo, de uma cultura autoritária e atávica, que ainda é explicação hegemônica no pensamento político brasileiro. Esta forma de golpe é essencialmente distinta das tradicionais formas de golpe de Estado porque só existe em democracias representativas através de ruptura do governo eleito pelo voto popular, mas sem alterações das regras legais. Aliás, elas são utilizadas para legitimar a tomada do Estado: “Golpes parlamentares são fenômenos genuinamente inéditos na história das democracias representativas, incluindo nesse conjunto as democracias consideradas clássicas, modernas, de massa, em processo de consolidação ou transição” (SANTOS, 2017, p.13).

³ Sobre o caráter neoliberal do governo Michel Temer, Fleury e Pinho (2018, p. 24) argumentam: “Cabe-nos recorrer à atual obra de Karl Polanyi para mostrar que a sociedade brasileira está sendo violentamente retalhada pelo próprio governo para que o sistema de mercado funcione de acordo com as suas próprias leis, em detrimento das necessidades de regulação e de proteção social”.

⁴ Para esta formulação, Souza (2017) tem na obra de Pierre Bourdieu um pilar decisivo: “Sua teoria dos capitais pode ser a base de uma nova compreensão do capitalismo global e seus efeitos díspares em cada contexto peculiar. Pode fornecer o fundamento teórico para uma verdadeira teoria crítica da modernidade e da modernização, na qual a luta de classes — internacionalmente percebida — pelo acesso a bens e recursos escassos tenha a primazia da análise” (p.157). É importante ressaltar que, apesar de Souza ser um leitor cuidadoso e criativo da teoria bourdieusiana, termina não dando atenção à dimensão institucional que é tão importante para o sociólogo francês. A teoria dos capitais sem utilização conjunta da teoria dos campos enfraquece sua interpretação quando procura interpretar a crise política atual.

contida nos livros “A radiografia do Golpe” (SOUZA, 2016) e “A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato” (SOUZA, 2017). Assim, procuro enfatizar a ligação entre a teorização do autor e suas análises de conjuntura, bem como apontar os pontos centrais de sua interpretação.

Na terceira parte, exponho também de forma sucinta a teoria crítica ecumênica⁵ e a teorização da terceira fase da modernidade como civilização global de José Maurício Domingues. Da mesma forma como faço com Souza, procuro apontar a ligação direta entre a teoria crítica do sociólogo e suas análises de conjuntura presentes nos livros “Brasil entre o presente e o futuro: conjuntura interna e inserção internacional” (DOMINGUES, 2013b) e “Esquerda: crise e futuro” (DOMINGUES, 2017), por meio da ênfase também nos pontos principais de sua interpretação. Faço a exposição das leituras de Domingues tendo o trabalho de Souza como contraponto, uma vez que a ênfase nos mesmos temas faz com que eu tenha condições de demarcar os pontos de aproximação e distanciamento entre ambos.

Os dois sociólogos têm objetivos comuns, como se distanciar da teoria da modernização e do pensamento político brasileiro⁶ (PPB), além de utilizarem suas respectivas teorias sociológicas para analisar a crise brasileira contemporânea. Tendo em vista os objetivos comuns, tenho como questão central problematizar a ruptura proposta pelas sociologias políticas de Souza e Domingues, de forma a apontar qual delas obteve maior êxito em se distanciar do PPB. A partir da análise comparativa dos esforços teóricos dos sociólogos para analisar uma crise ainda em vigência, a hipótese deste artigo é que Domingues foi mais bem sucedido em seu esforço de

⁵ Por teoria crítica ecumênica, Domingues (2013a) defende uma concepção que reconhece as contribuições do marxismo, mas que dele não fica prisioneira: “Para se qualificar como teoria crítica dentro de uma perspectiva ecumênica, uma abordagem não deve levar à mera resignação, como em Weber. Em vez disso, tem de implicar um compromisso de transformação, em termos de valores bem como de agentes da mudança; sua presença ou ausência é um problema que pode impulsionar, mas não deveria bloquear, aquele tipo sistemático de abordagem, porquanto não seja totalmente dependente de movimentos sociais concretos, embora estes sejam os agentes que geral ou especificamente põem as questões que justificam a crítica das condições atuais existentes” (DOMINGUES, 2013a, p.25).

⁶ Os dois sociólogos mencionam o pensamento social brasileiro (PSB), cuja questão é compreender nossa formação social e política. No entanto, a questão que eles se colocam é compreender a crise política contemporânea. Nesse sentido, acredito que a utilização do termo pensamento político brasileiro fornece as condições para dar maior precisão ao objetivo dos sociólogos, bem como realizar de forma mais cuidadosa a comparação. Sobre o PPB, Lynch(2016) traz uma definição estrita do conceito que auxilia a trazer maior precisão à comparação que realizamos neste artigo: “No sentido estrito, a expressão PPB se refere a um círculo mais reduzido de obras que, datadas de maior fôlego e sistematicidade, pretendem descrever nossa realidade política com maior fidedignidade e como tal passaram a integrar uma espécie de cânone dos ‘clássicos’ do PPB. Encara-se o PPB então como uma *teoria política* e/ou a ‘velha’ *ciência política*, elaborada antes da institucionalização universitária” (p.80).

produzir teoria sociológica de alcance global e se afastar das interpretações particularistas da realidade brasileira.

TEORIA DA MODERNIZAÇÃO, O PPB E A SINGULARIDADE BRASILEIRA

Nesta seção, apresentarei as críticas de Souza e Domingues à teoria da modernização e ao PPB. Para os autores, a teoria da modernização ainda possui um peso central para as interpretações particularistas da realidade brasileira produzidas por nossos intelectuais.

Antes, porém, é importante demarcar as causas da dificuldade estrutural que ainda possuímos de conceituar nossas produções como teoria, pois repetimos a visão de que fazemos apenas pensamento⁷. Ao mesmo tempo é fundamental apontar os pilares sobre os quais se assentam o PPB e a tese da singularidade brasileira. A ênfase nas questões acima me auxilia a balizar a importância das teorias de Souza e Domingues, bem como de suas análises de conjuntura sobre a crise brasileira. Ao mesmo tempo, me ajudam a demarcar se os sociólogos conseguem, efetivamente, afastar-se do pensamento político brasileiro, que é a questão central deste artigo.

De acordo com Lynch (2013), nossas produções intelectuais são construídas tendo como referência a Europa e os Estados Unidos como locais nos quais a teoria é construída e, portanto, possui validade universal. As obras periféricas e brasileira, em particular, são representadas como pensamento, ou seja, interpretações que possuem validade apenas nacional. Assim, nossas interpretações são sempre inferiores àquelas dos países cêntricos (LYNCH, 2013).

Segundo Costa (2010), é dado à sociologia produzida na Europa e nos Estados Unidos o monopólio de definição do que é moderno. Desta forma, as sociedades periféricas ficariam sempre em uma posição subordinada. Em consonância com Costa (2010), Lynch (2013) afirma que reproduzimos a percepção de tempo atrasado quando nos comparamos aos países do Atlântico Norte. Dessa forma, compreendemos por que nos colocamos em patamar de inferioridade permanente.

Para Lynch (2013, p.735), as diferenças quantitativas existentes entre “centro” e “periferia”, como tecnologia e poder militar, tornaram-se diferenças qualitativas, ou seja, juízos de

⁷ De acordo com Lynch (2013, p. 732): “A palavra ‘teoria’ costuma ser empregada para designar um conjunto de proposições lógico-abstratas que descrevem as leis de funcionamento de um determinado fenômeno. Não é por outro motivo que, nas ciências humanas, as grades curriculares de ensino superior estão repletas de disciplinas de ‘teorias’ alusivas a ramos de conhecimento como filosofia, direito, sociologia, antropologia, economia, administração, história etc”.

valor em torno da inferioridade nos planos da existência e da cultura. A periferia, portanto, teria uma impossibilidade estrutural de produzir teoria, uma vez que houve a aceitação acrítica da filosofia eurocêntrica da história e a conseqüente representação da produção periférica como essencialmente inferior (LYNCH, 2013).

Lynch (2016) argumenta que o PPB tem como questões centrais analisar o atraso da periferia e sua especificidade. Esta maneira de nos interpretar está relacionada, como visto acima, com a internalização e a naturalização do atraso e da subalternidade (LYNCH, 2016).

O PPB possui um estilo de redação próprio que o leva a enfocar a realidade nacional, que seria atrasada em relação à modernidade cêntrica, a qual teríamos de alcançar através da superação das estruturas tradicionais herdadas da colonização (LYNCH, 2016). Desta forma: “O resultado foi um ‘estilo periférico’ de redação e argumentação que contrasta singularmente com aquele, ‘cosmopolita’ ou ‘universal’, que caracteriza as obras canônicas da teoria política europeia” (LYNCH, 2016, p.83).

A partir da demarcação do estilo periférico de redação do PPB, Lynch (2016) propõe sete características que o configuram. Utilizarei os pontos demarcados por Lynch (2016) como um parâmetro de comparação para melhor classificar a relação de Souza e Domingues com as tradicionais interpretações da vida política brasileira. Assim, poderei qualificar melhor a ruptura que os autores afirmam ter realizado com o PPB.

A primeira característica do PPB é o menor grau de generalização e maior sentido prático de suas reflexões. Como conseqüência, a produção intelectual brasileira não possui pretensões de validade universal, pois teria como campo a construção de reflexões locais com um objetivo pragmático (LYNCH, 2016, p.83). A segunda característica é a maior centralidade da retórica, da oratória e do argumento de autoridade: “Os autores periféricos leem os cênicos como autoridades que lhes poupariam o trabalho de descobrir por si mesmos a verdade da arte e da ciência” (LYNCH, 2016, p.84). A terceira é a incorporação das ideias cênicas e a negação de continuidade com os autores do PPB. A quarta característica é a diluição das ideias extremadas quando comparados aos países cênicos. A quinta característica é a visão prospectiva da política, que observa o passado como problema e o futuro como solução dos dilemas nacionais (LYNCH, 2016, p.85). A sexta característica do PPB é a proposição de projetos nacionais como aclimação dos modelos e instituições cênicos como forma de enfrentar o *atraso*. A sétima é o pedagogismo

intelectual, ou seja, os autores do PPB teriam como papel apontar qual seria o caminho mais adequado a ser seguido pela sociedade⁸.

Sérgio Tavolaro (2014) argumenta que a ideia em torno da existência de uma singularidade no Brasil tornou-se a tese mais forte em nosso pensamento social e político. Isto ocorre porque diversos autores e correntes reproduziram-na como pressuposto principal que, por sua vez, foi crucial para formatar a autoimagem construída e consolidada entre nós.

Tavolaro defende que os pilares sob os quais a tese da singularidade brasileira está assentada são os mesmos utilizados pelo discurso sobre a modernidade propagado pelo pensamento sociológico, quais sejam: diferenciação/complexificação social; secularização; separação entre os domínios público e privado; subjetividade autocentrada e divórcio entre sociedade e natureza (TAVOLARO, 2014, p.645).

O Brasil, por conta do seu *atraso*, vai ser interpretado sempre pelo princípio da falta, da incompletude e do desvio quando comparado ao discurso sociológico sobre a modernidade. Assim, dilemas como “patrimonialismo” e “populismo” seriam traços essenciais de nossa realidade. Os pontos expostos são fundamentais para compreendermos por que não nos vemos como produtores de teoria e, também, como o tema do *atraso* e da conseqüente singularidade brasileira são centrais entre nossos intelectuais, que reproduzem o “fantasma da condição periférica” (BASTOS, 2013; TAVOLARO, 2014, LYNCH, 2013).

Para construírem suas teorias e a conseqüente aplicação para analisar a conjuntura brasileira, Souza e Domingues criticam a teoria da modernização⁹ e o PPB. Nesse sentido, exponho as críticas feitas pelos autores a esta teoria e a imagem particularista da realidade brasileira construídas por nossos intelectuais.

Jessé Souza (2017) faz uma crítica às ciências sociais contemporâneas do “centro” e da “periferia”, pois defende que elas ainda estão dominadas pelo paradigma da teoria da modernização. Esse domínio seria total na produção científica dominante, e parcial na produção

⁸ Sobre essas características, Lynch (2016) argumenta: “As características desse estilo periférico não são nem boas ou más em si, nem imutáveis. O que se tem verificado é, ao contrário, a tendência de esmaecerem progressivamente, conforme a sociedade brasileira se torna mais moderna e adquire maior autonomia intelectual” (p.86).

⁹ Segundo a teoria da modernização, que fez muito sucesso entre nós nas décadas de 1950 e 1960, todas as sociedades, mesmo partindo de caminhos distintos, chegariam à modernidade estruturada pelas mesmas instituições e valores. Como fica depreendido desta construção, essa teoria constrói uma perspectiva de caráter formalista e a-histórico para compreender a mudança social existente nas sociedades periféricas, pois a contingência histórica não existe como elemento central à explicação. Os pontos citados serão vistos abaixo nas críticas realizadas por Jessé Souza e José Maurício Domingues. Moore Jr (2010) [1966] notabilizou-se como uma dos principais representantes da teoria da modernização.

científica crítica. Souza (2015) defende que a escolha do “culturalismo” como base para explicar as diferenças sociais de desenvolvimento no mundo ocorreu por causa da teoria da modernização norte-americana, que moldou o senso comum internacional.

A partir dessa perspectiva culturalista, teríamos explicações para as sociedades que eram ricas e adiantadas e para aquelas que eram, por sua vez, pobres e atrasadas (SOUZA, 2017, p. 16). Desta forma, os Estados Unidos tornaram-se o paradigma da realização plena da modernidade, enquanto os outros países passaram a ser representados como construções imperfeitas (SOUZA, 2017). Para tanto, Souza concede a Talcott Parsons o protagonismo na difusão desta explicação que separa de forma essencialista as sociedades centrais das sociedades periféricas, que teriam em sua constituição uma inferioridade inata.

Souza (2015, p.25) afirma que Weber foi recepcionado por Parsons, a partir dos anos 1930, para a construção de uma imagem idealizada dos Estados Unidos, sobretudo para a proposição dos *pattern variables* (variáveis estruturais), eixo central da teoria da modernização (SOUZA, 2015). Partindo desse ponto de vista, a corrupção é interpretada como um dado cultural brasileiro (SOUZA, 2017). Souza defende que essa leitura foi fundamental para a construção de diferenças ontológicas entre centro e periferia, que o autor designa como “racismo científico”.

Souza (2017) afirma que o Brasil efetuou uma falsa ruptura com o “racismo científico” atrelado à cor da pele, visto que reproduzimos como paradigma dominante o “racismo científico” de caráter culturalista, responsável por reproduzir diferenças essenciais entre as sociedades “centrais” e as “periféricas”. Assim, EUA e Europa são interpretados como culturas essencialmente modernas e superiores, pois seriam produtoras do intelecto, da reflexão e da moralidade. As sociedades periféricas como a brasileira, por sua vez, seriam culturas essencialmente inferiores e tradicionais por produzirem apenas o corpo, representado pela sexualidade, o afeto irrefletido e amoral (SOUZA, 2017, p.34).

Se o culturalismo brasileiro não pode ser remetido exclusivamente à teoria da modernização, a atuação desta última na América Latina nos anos 1950 e 1960 foi decisiva para que nossos intérpretes construíssem visões idealizadas das sociedades centrais e pudessem, assim, nos interpretar como falta, ausência e incompletude quando comparados a essas realidades.

Souza (2015) defende que a teoria da modernização continua “viva” porque funciona como base para as interpretações contemporâneas que procuram constituir diferenças essenciais entre centro e periferia. Segundo o sociólogo, a teoria da modernização ainda se mostra um postulado teórico forte porque não foi construído um paradigma alternativo no centro e na

periferia. Com relação à periferia, este parece ser o seu objetivo ao teorizar sobre o caso brasileiro.

Ao contrário da teoria da modernização, Souza (2015) afirma que a hierarquia social e sua legitimação têm um mecanismo de reprodução semelhante no centro e na periferia, que seriam os capitais econômico e cultural. Nesse sentido, teríamos sociedades do mesmo tipo, ou seja, a modernidade possui um caráter contraditório na periferia e no centro que poderia ser visualizado no processo de reprodução simbólica do capitalismo.

Além da força do “racismo culturalista” da teoria da modernização, Souza volta sua crítica ao que denomina de “culturalismo conservador” brasileiro, que tem na tese da herança ibérica personalista e patrimonialista o eixo central de suas explicações. O PPB reproduziria a mesma leitura apologética da teoria da modernização (SOUZA, 2015). Para tanto, Souza (2017) remonta à formação da Universidade de São Paulo (USP), nos anos 1930, e à obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda, “Raízes do Brasil” (1995).

A “elite do dinheiro” teria criado a USP com o objetivo claro de construir uma contra-hegemonia ideológica que se opusesse ao regime varguista, que a havia derrotado (SOUZA, 2017). Para sustentar sua tese, Souza defende que o livro “Raízes do Brasil” foi a materialização do ideário liberal-conservador dessa elite, que colonizou tanto a direita como a esquerda, possibilitando a naturalização da desigualdade (SOUZA, 2017).

A obra de Sérgio Buarque teria sido responsável por reproduzir de forma vitoriosa a versão vencedora sobre o mito nacional (SOUZA, 2016). Souza (2016) advoga que “Raízes do Brasil” produziu o mito nacional através da tese do “homem cordial”, e foi também o pilar das ciências sociais conservadoras até hoje dominantes. Sérgio Buarque seria responsável por incorporar acriticamente o racismo científico, uma vez que nos interpreta como possuidores de uma tendência inata à corrupção (SOUZA, 2016, p.35).

Com a obra de Sérgio Buarque, a corrupção tornou-se um dilema interpretado como exclusivamente brasileiro (SOUZA, 2016). Desta forma, o “homem cordial” nada mais é do que a incorporação da dominação e a conseqüente reprodução do sentimento permanente de inferioridade (SOUZA, 2016). A interpretação de “Raízes do Brasil” foi fundamental para a construção, portanto, de uma separação ontológica entre os países do Atlântico Norte e o Brasil.

Junto à visão sobre o brasileiro como essencialmente inferior aos indivíduos dos países centrais, a tese do Estado patrimonial seria a outra herança fundamental deixada por Sérgio Buarque para nossos intérpretes contemporâneos, visto que passaram a reproduzir o argumento de que a corrupção brasileira ocorre de maneira exclusiva no Estado. Essas ideias foram

reproduzidas por autores como Raymundo Faoro (2008) e Roberto DaMatta (1981), que apenas serviriam para repetirmos a concepção de inferioridade inata e permanente (SOUZA, 2017).

Como consequência da tese do Estado patrimonial, a verdadeira corrupção, que estaria no mercado, termina sendo invisibilizada porque este (o mercado) é interpretado como uma instância estruturada por virtudes plenas. Deste modo, foi reproduzida uma tradição liberal conservadora hegemônica que teria colonizado, inclusive, a esquerda. Através dessa colonização mental, o domínio do mercado sobre o Estado ocorre de maneira facilitada porque aquele compra o Congresso e a imprensa para que estes representem apenas os seus interesses (SOUZA, 2017).

A compreensão dos interesses do mercado, portanto, foi inviabilizada pela força das teses de “Raízes do Brasil” (SOUZA, 2017). Com seu argumento, Souza (2017) procura superar o “racismo culturalista” e as interpretações pseudocientíficas do pensamento social e político. Desta forma o sociólogo proporcionaria as condições para a formação de uma autêntica consciência crítica sobre os dilemas brasileiros através de suas publicações voltadas, especialmente, para o grande público.

Outro elemento fundamental do “culturalismo liberal conservador” é o conceito de “populismo”. Esta noção estaria atrelada a qualquer política de interesse da maioria, assim como serviria para aplacar a soberania popular (SOUZA, 2017, p.138). Com o populismo, as ideias de que o voto do povo vale menos porque ele não sabe votar tornaram-se disseminadas (SOUZA, 2017). O “populismo” serviu como fator estigmatizante das classes populares e, juntamente com a noção de patrimonialismo, formaram a base do conservadorismo da sociedade brasileira (SOUZA, 2017). Devido ao domínio exercido sobre o imaginário popular, as teses do “patrimonialismo”¹⁰ e do “populismo” são repetidas cotidianamente nos canais de televisão e jornais brasileiros como estratégia da “elite do dinheiro” para tornar a classe média cativa e manipulável por seus interesses que são travestidos em interesses da nação (SOUZA, 2017).

Concordo com o argumento de Souza de que o conceito de “populismo” foi reproduzido pelo senso comum como elemento classificatório e estigmatizador do comportamento das classes populares e dos governos que possuíam quaisquer compromissos com elas. Todavia, Souza

¹⁰ Carlos Eduardo Sell tem se notabilizado como um de nossos melhores intérpretes contemporâneos de Max Weber. A partir do trabalho de reedição de “Economia e Sociedade”, o autor defende que a interpretação do patrimonialismo, ao ser enfocada sua dimensão exegética, não satisfaz no Brasil. Mesmo assim, o autor discorda da leitura de Souza de que teria havia uma deformação do sentido original do conceito. Segundo Sell (2016): “Contra essa suposta deformação pretende-se reabilitar seu verdadeiro sentido para, então, em posse dessa versão ortodoxa, negar a validade teórica da tese do patrimonialismo brasileiro” (p.2).

(2017) realiza uma leitura que, em termos gerais, vai de encontro à interpretação realizada por Francisco Weffort (2003). Weffort refuta as explicações do populismo como manipulação absoluta das massas devido à suposta passividade e incapacidade totais, uma vez que o “populismo” possuía uma ambiguidade intrínseca entre a manipulação das massas e a incorporação de suas demandas. Acredito que o ponto central para a crítica à interpretação de Weffort está na tese da singularidade brasileira (TAVOLARO, 2014).

Durante o período populista o Brasil teria uma defasagem entre a vida econômica e social e a política (WEFFORT, 2003). Com isso, não constituímos uma estrutura de classes complexa, plenamente racionalizada e secularizada, nem qualquer classe com uma formulação superior às demais. A própria política de massas é uma forma de demonstrar a fraqueza da sociedade de classes brasileira quando comparada à sua congênera europeia. Desta forma, o “populismo” surge no vazio político deixado pela incapacidade de qualquer classe social assumir a hegemonia política (WEFFORT, 2003, p.178). Como argumenta Weffort (2003, p. 80):

Com base na tradição europeia de luta de classes, se entendemos como participação política ativa aquela que implica uma consciência comum dos interesses de classe e a capacidade de autorrepresentação política, caberia concluir que todas as classes sociais brasileiras foram politicamente passivas nos decênios posteriores à Revolução de 1930.

Acredito que a crítica realizada por Souza vai de encontro à recepção das teses de Weffort e não ao trabalho do autor em si. Uma crítica construtiva ao conceito de “populismo” como formulado pelo intelectual paulista pode ser feita através da negação da pretensa singularidade brasileira da sociedade de classes e de sua relação com o Estado, pois a comparação realizada pelo autor é levada a cabo através da comparação com o discurso sociólogo sobre a modernidade, e não com realidades empiricamente fundamentadas dos “países centrais” (TAVOLARO, 2014).

Por intermédio da consciência crítica apenas proporcionada pelo trabalho de Souza, seria possível fazer com que a dominação deixasse de ser legitimada e reproduzida de maneira passiva, fazendo com que o sentimento de inferioridade, que exerce um papel decisivo de entrave histórico e político, pudesse ser encerrado (SOUZA, 2017).

A teoria de Souza (2017) faz com que ele consiga se afastar da teoria da modernização, pois produz uma teorização com o intuito de demonstrar como não somos qualitativamente inferiores aos países centrais e, da mesma forma, precariamente modernos. Souza também se

afasta completamente de um postulado central do PPB, que é a incapacidade de produzir generalizações teóricas, uma vez que nossos principais intérpretes tiveram como questão fundamental analisar as particularidades da realidade brasileira supostamente atrasada.

Souza rompe também com a leitura acrítica e submissa que os autores do PPB fizeram dos “teóricos” centrais como portadores da “autoridade científica” para produzir teoria política e, conseqüentemente, explicações generalizáveis. Apesar de romper com “estilo periférico” de redação que marcou o PPB (LYNCH, 2016), Souza constrói uma teorização com alto grau de abstração que possui como fundamento empírico apenas a realidade brasileira. Mesmo partindo de um postulado distinto, Souza termina reproduzindo o “nacionalismo metodológico” que reforça as características nacionais. Ao analisar a interpretação de Souza sobre a crise brasileira, retomarei a comparação com as características do PPB.

Assim como Souza, Domingues (2009, 2011, 2013a) tem como objetivo se afastar da teoria da modernização e das interpretações particularistas de nossos dilemas. Esta teoria construiu uma concepção essencialista da América Latina, que teria uma incapacidade inata para alcançar progresso, racionalidade, liberdade e igualdade (DOMINGUES, 2011). Ao mesmo tempo, a teoria da modernização foi responsável pela reprodução do sucesso reificado da América do Norte (DOMINGUES, 2011).

A teoria da modernização propõe uma alternativa evolucionista e problemática para a América Latina, pois não repetiremos a história dos países centrais e nem somos essencialmente diferentes deles (DOMINGUES, 2009). Para Domingues (2009), a modernidade surgiu na Europa e foi transplantada para outras regiões do mundo. No entanto, esta expansão representou uma retradução local da modernidade estruturada como civilização global (DOMINGUES, 2009).

Para fugir das interpretações que estariam embebidas de dogmas etnocêntricos como a teoria da modernização, Domingues (2009) constrói sua análise da modernidade a partir da relação conjunta entre dois caracteres centrais, quais sejam, o imaginário social e as instituições. Desta forma, seria possível demarcar o caráter ambivalente da modernidade (DOMINGUES, 2009). As instituições trariam em seu bojo a presença da dominação, da desigualdade, da fragmentação e da irresponsabilidade (DOMINGUES, 2009). A ideia de um mundo ordenado, planejado, livre e com oportunidades iguais representa o lado do imaginário construído na modernidade, ou seja, um ideal normativo a ser alcançado e não algo intrínseco, “natural” a ela.

O que singulariza a modernidade na América Latina e no Brasil, em particular, é a existência de filtros¹¹ internos aos valores da modernidade, que a faria ter variações particulares nos países que a compõem dentro de um quadro de expansão global (DOMINGUES, 2009). Esses filtros estariam constituídos através do que o autor denomina de “giros modernizadores”, que seriam responsáveis por deixar em voga o caráter ambivalente da modernidade como civilização resultante da relação entre imaginário e instituições.

Domingues (2011, 2013a) tem como objetivo teorizar a terceira fase da modernidade de caráter global, a partir da teoria crítica pensada de forma ecumênica, tendo a periferia como unidade de análise. Para tanto, o sociólogo critica as interpretações do PPB que têm se concentrado na análise das “particularidades” nacionais. Estas fazem com que tenhamos uma relação de identificação com os países centrais extremamente problemática, uma vez que nos remetemos a eles com um sentimento de inferioridade que nos transforma em incapazes de produzir teoria. Nesse ponto, a crítica de Domingues é similar à realizada por Souza, uma vez que os dois sociólogos criticam fortemente as interpretações levadas a efeito pelo PPB devido à incapacidade que essas visões possuem de compreender de forma ampla e crítica a crise contemporânea.

As questões nacionais continuam a ter grande relevância, pois parte dos dilemas brasileiros é resultante da contingência histórica (DOMINGUES, 2011). Domingues (2011) defende que as ciências sociais brasileiras têm como desafio superar suas análises circunscritas à realidade nacional, que a condição periférica e semiperiférica condicionou, combatendo a visão de que apenas os europeus e estadunidenses produzem teoria com validade universal (DOMINGUES, 2011, p.9).

O sociólogo teoriza a modernidade global a partir da periferia, produzindo uma crítica que lhe é imanente. Esta crítica, diferente daquela produzida por Souza, parte de base empírica, sobretudo dos países de periferia e da semiperiferia, como Brasil, Índia e China (DOMINGUES, 2013). Com a teoria da modernidade global, Domingues (2013a) rompe com o “nacionalismo metodológico”, uma vez que constrói uma crítica consistente ao equívoco das interpretações que

¹¹ Domingues (2013a) explicita o seu argumento sobre o caráter variável da modernidade expandida pelo globo: “Dentro desta civilização global moderna, de um padrão que originalmente surgiu no Ocidente, muitas variantes se desdobram, combinando-se também com outras formas de interpretar aquela matriz básica. Enquanto em outras partes do mundo a mistura da modernidade com outras civilizações, sob a hegemonia daquela, decerto emprestou mais espaço para estas, na América Latina as particularidades também abundam” (p.73).

procuram enfatizar o atraso e a singularidade brasileira quando nos comparamos aos países centrais.

A partir de sua teorização, o sociólogo defende que existem dilemas globais cujos efeitos são distintos quando consideradas as diferenças regionais e nacionais. Ao mesmo tempo, advoga que é possível interpelar criticamente a modernidade e suas promessas não realizadas a partir das realidades periférica e semiperiférica, que não são levadas em consideração pelos intelectuais cêntricos.

A colocação das relações entre universalismo e particularismo como questão central tem como objetivo fazer com que o centro construa um diálogo mais horizontal com as produções periféricas de teoria social que pretendem validade universal (DOMINGUES, 2011, 2013a). A proposta de teorização da modernidade a partir do “Sul” global tornaria possível descentrar a teoria social que se concentra com exclusividade na Europa e nos Estados Unidos (DOMINGUES, 2013a). Existe a proposição de uma ambiciosa análise multidimensional do imaginário e das instituições da modernidade, nos planos conceitual e empírico, na teorização de Domingues (2013)¹².

Necessitamos, portanto, de uma teoria geral que reconheça a complexidade e multidimensionalidade da vida social e que possa teorizar de modo sistemático a modernidade como civilização global. Com isso, seria possível construir outra geopolítica do conhecimento de caráter não ocidentocêntrico (DOMINGUES, 2011, 2013a).

Com sua teoria, Domingues rompe, assim como Souza, com a teoria da modernização, uma vez que o autor refuta qualquer postulado que interprete o Brasil como uma realidade tradicional, desviante e essencialmente distinta quando comparada à plenitude das sociedades centrais. Ao mesmo tempo, o sociólogo também rompe com postulados centrais do PPB, que são os diagnósticos do *atraso* e das particularidades nacionais, a incapacidade de produzir teoria e a consequente subserviência frente aos “teóricos” dos países centrais. Domingues, por sua vez, produz uma teorização da modernidade global com o intuito de fugir do “nacionalismo metodológico” e produzir em pé de igualdade em relação aos teóricos dos países centrais (PERLATTO, 2013). Nesse sentido, defendo que sua teoria rompeu de forma mais efetiva com postulados centrais do PPB do que a teoria de Jessé Souza.

¹² Segundo Domingues (2013a, p. 17): “Não basta que os pesquisadores alhures contestem interpretações particulares de países e regiões específicas. Isso é importante, assim como é crucial rever a trajetória do Ocidente nos quadros de uma história compartilhada. Mas a questão-chave é antes a autopermissão e a capacidade, política e epistemológica, dos pesquisadores não ocidentais de produzir teoria com uma reivindicação de validade universal”.

A “RALE DE NOVOS ESCRAVOS” E O GOLPE

Jessé Souza (2015) procura construir uma teoria totalizante de caráter não marxista para substituir o culturalismo conservador, considerado pelo sociólogo como a única teoria global a que temos acesso. Ao mesmo tempo, Souza pretende utilizar sua teoria alternativa para municiar a esquerda, a fim de que ela tenha condições intelectuais de fazer uma crítica efetiva aos dilemas brasileiros como a profunda desigualdade social. Existe a proposição de um paradigma alternativo sobre a modernização e a desigualdade social, definido como a construção de uma teoria crítica da modernização periférica (SOUZA, 2015).

Existe um paralelo entre a teoria da modernização e as interpretações particularistas do PPB, pois eles estariam estruturados pela leitura liberal apologética (SOUZA, 2015). Nossa singularidade, portanto, não estaria na herança ibérica pré-moderna, mas na herança escravocrata aqui constituída pelo processo de colonização. Este foi responsável por moldar as instituições sociais, como a família patriarcal e o sadismo que foi transformado na vida pública em mandonismo (SOUZA, 2017).

Além de negar uma das teses mais importantes do PPB, Souza (2017) defende que a modernidade europeia foi transplantada para o Brasil a partir de dois eventos históricos ocorridos no século XIX: a abertura dos portos, em 1808, e a chegada da corte portuguesa de Dom João VI, que fugia das tropas napoleônicas. Isto fez com que esses dois eventos significassem a entrada no Brasil de Estado e mercado como *artefatos prontos*. O ano de 1808 representou, portanto, o ponto zero da modernização brasileira (SOUZA, 2017).

Tivemos um autêntico e singular processo de modernização, pois ele fez com que os valores universalistas e individualistas da modernidade não fossem generalizados para todos os indivíduos. Desta forma, reproduzimos uma modernização excludente e segmentada que foi responsável por produzir um verdadeiro *apartheid* social no Brasil moderno (SOUZA, 2017).

A partir deste processo peculiar de chegada à modernidade, tivemos um embate entre setores “europeizados”, ou seja, que incorporaram os valores universalistas e individualistas da modernidade, e os setores “não europeizados”, que foram aqueles que não incorporaram os valores centrais para a competição e sucesso na sociedade capitalista em formação (SOUZA, 2017).

A singularidade brasileira estaria na formação de uma grande massa de indivíduos que seriam permanentemente marginalizados e tratados como subgente, posto que não conseguiram se adaptar às demandas requeridas para a competição capitalista, como pensamento prospectivo e

conduta racional (SOUZA, 2017). Eles possuíam como elementos intrínsecos um déficit de autoestima e autoconfiança. Com a “ralé de novos escravos” tivemos a herança escravista reproduzida na sociedade de classes, através do ódio ao pobre, o abandono e as injustiças como nossos principais problemas (SOUZA, 2017). Constituímos uma civilização do privilégio, da superexploração do trabalho, do ódio ao pobre, visto que justiça, economia e política ficaram concentradas nas mãos dos senhores, fazendo com que a elite do “dinheiro” do Brasil contemporâneo seja uma “metamorfose” da elite escravista.

Herdamos da escravidão o tratamento de seres humanos como subpessoas, além do cinismo e da indiferença (SOUZA, 2017). Esse comportamento se reproduz no ódio aos pobres representado pela perseguição ao PT e as suas políticas de inclusão social. A conduta reacionária ainda ocorre devido à ausência de qualquer aprendizado social e moral, sobretudo, na classe média brasileira. A classe média é apontada como ator decisivo para dar sustentação social e política ao golpe perpetrado pela elite financeira (SOUZA, 2017). O “racismo de classe” contra a “ralé de novos escravos” é o elemento central para explicar o golpe de 2016 (SOUZA, 2016).

O passado é tão decisivo na argumentação de Souza (2016) que o esquema do golpe de 2016 teria sido montado com o golpe contra Getúlio Vargas, em 1954. Certamente existem continuidades com o golpe de 1954, como a reação dos conservadores à participação popular na vida pública e a rejeição de política redistributivas (SANTOS, 2017, p.33). No entanto, Santos (2017) demonstra como o golpe parlamentar de 2016 é essencialmente diferente dos golpes de 1954 e 1964, por ser um elemento característico das democracias representativas contemporâneas (SANTOS, 2017). Desta forma, o recurso ao passado não serve para explicá-lo, mas apenas para apontar alguns elementos comuns. Acredito que a ausência de uma análise institucional fez com que Souza construísse uma relação de continuidade simples entre as formas de golpe de Estado no Brasil. Neste ponto, Souza segue o PPB, que busca no passado nacional as explicações para a tomada de poder, mesmo que o conteúdo de suas explicações difira de nossas tradicionais interpretações.

Souza (2017) analisa a composição da classe média no Brasil que, mesmo não sendo homogênea, reproduziu um comportamento desviante em relação à sua congênere europeia, que, por sua vez, construiu um aprendizado moral e político de grandes proporções e responsável por inviabilizar o ódio sistemático ao pobre e a consequente naturalização da desigualdade:

Quando as classes médias indignadas saíram às ruas a partir de junho de 2013, não foi, certamente, pela corrupção do PT, já que os revoltados ficaram em casa quando a corrupção dos outros partidos veio à tona. Por que a corrupção

do PT provocou tanto ódio e a corrupção de outros partidos é encarada com tanta naturalidade? É que o ódio ao PT, na realidade, foi o ódio devotado ao único partido que diminuiu as distâncias sociais entre as classes no Brasil moderno. A corrupção foi mero pretexto (SOUZA, 2017, p. 67).

O enfoque na luta de classes é o caminho para compreender os dilemas brasileiros (SOUZA, 2017). Para tanto, Souza se propõe a reconstruir a luta de classes no Brasil contemporâneo para além do marxismo ortodoxo e de seu conseqüente “economicismo”, que explica o comportamento humano em sociedade apenas por estímulos econômicos (SOUZA, 2015, p.109). Desta forma, o “economicismo” “esquece” a dimensão simbólica de reprodução do capitalismo, que é central para compreendermos os estilos de vida constituídos diferencialmente pelo processo de socialização familiar.

Mediante uma perspectiva sociocultural das classes sociais, existe a possibilidade do enfoque no caráter diferencial da socialização em uma sociedade de classes, que faz com que a classe média tenha incorporado disposições fundamentais para a competição na sociedade de classes, como hábitos de leitura, autocontrole e pensamento prospectivo (SOUZA, 2017).

A “ralé de novos escravos”, por sua vez, não conseguiu incorporar os elementos decisivos para a competição social através da socialização familiar defeituosa que a condenou à reprodução estrutural do fracasso. Jessé Souza (2017) defende que a sociedade brasileira é dividida em quatro classes sociais e suas frações, e a luta entre elas é elemento decisivo para compreender o golpe de 2016. São elas: “a elite dos proprietários, a classe média e suas frações, a classe trabalhadora semiquificada e a ralé de novos escravos” (SOUZA, 2017, p.107). A classe média proporciona o caminho estratégico para compreender o padrão de dominação social existente no Brasil (SOUZA, 2017).

O ponto de partida na classe média possibilita condições para compreender a luta de classes no Brasil e seu encobrimento sistemático, uma vez que o objetivo claro dessa classe ao participar das manifestações na Avenida Paulista, por exemplo, era barrar o projeto de ascensão social da “ralé de novos escravos” (SOUZA, 2017). Ao demarcar que os movimentos ocorridos a partir de junho de 2013 tinham uma explicação interna apenas, Souza acaba reproduzindo uma perspectiva essencialista que critica de forma veemente ao analisar as interpretações do PPB.

Mesmo com o papel decisivo da classe média como legitimadora do golpe da “elite do dinheiro”, Souza (2017) procura desconstruir a pretensa homogeneidade dessa classe, uma vez que ela possui frações que têm posicionamentos distintos e que são fundamentais para compreender como estes foram decisivos para legitimar o golpe de 2016. A classe média

brasileira possui uma formação temporal e qualitativamente distinta de sua congênera europeia, o que ajudaria a explicar a ausência de aprendizado coletivo. Portanto, a classe média brasileira tem uma relação de desvio e atraso em relação à europeia. Essa particularidade nacional liga Souza ao PPB, mesmo que apenas na forma, pois o sociólogo defende o caráter moderno da sociedade brasileira.

A classe média é estratificada da seguinte forma: a fração protofascista, a fração liberal, a fração expressivista — chamada por Souza de “classe média de Oslo” — e a fração crítica, a menor de todas (SOUZA, 2017, p.174). De todas essas frações, vou me concentrar na “classe média de Oslo”, pois é a fração central para compreender o Brasil moderno e seus dilemas (SOUZA, 2017). Ela é decisiva porque tem como bandeiras centrais a preservação das matas, o respeito às minorias identitárias e a defesa de temas como sustentabilidade e responsabilidade social das empresas, ao passo que deixa de lado a questão redistributiva em um país de maioria pobre (SOUZA, 2017, p.175). Essa fração reproduziria, portanto, um comportamento pseudocrítico. “Em um país onde tantos levam uma vida miserável e indigna deste nome, a superação da miséria de tantos é a luta primeira e mais importante (SOUZA, 2017, p.175-76).

Portanto, uma análise detida sobre a “luta de classes” no Brasil contemporâneo conseguiria fornecer as condições precisas para uma compreensão ampla do golpe, pois a questão central do Brasil é a reprodução da “ralé de novos escravos” e seu consequente desprezo representado pelas ações da “classe média de Oslo”: “A tentativa *light* petista de melhorar minimamente as condições dessa classe levou ao golpe de 2016 com amplo apoio midiático, da classe média e até de setores populares” (SOUZA, 2017, p.106). A partir das classes sociais, Souza procura explicar por que temos uma elite econômica que não possui projeto de longo prazo para o país, que patrocinou o golpe de 2016 e inviabiliza governos, como os do PT, que tenham como bandeira integrar a maioria da população em um projeto de desenvolvimento nacional.

Com a importância central dada ao PT, Souza analisa os governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) como essencialmente diferentes do período em que o Partido dos Trabalhadores governou o país, pois os governos tucanos teriam como características apenas a privatização com recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o privilégio do rentismo através da apropriação dos recursos estatais via dívida pública¹³. Arretche (2018) argumenta que a desigualdade de renda caiu de forma acelerada

¹³ Sobre o PSDB, Souza faz uma afirmação sem qualquer sustentação empírica quando defende que o partido retirou de “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque, seu ideário e projeto político. O que Souza desconsidera com

durante os governos petistas, o que confirmaria a teoria do governo partidário implícita na interpretação de Souza. No entanto, a diminuição expressiva da desigualdade de renda realizada PT teve início no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001 (ARRETCHE, 2018, p.7).

De acordo com Souza (2016), devido à nenhuma importância dada aos mais pobres pelo PSDB houve condições para a ascensão do PT. O partido possuía uma ligação histórica com os movimentos populares que dava as condições para um projeto de integração da maioria historicamente esquecida (SOUZA, 2016). Souza (2017) não reconhece, portanto, que o início das políticas de transferência de renda ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e que estas foram sistematizadas através do programa Bolsa Família pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Souza (2017) defende que a construção de programas como o Bolsa Família foi fundamental para dinamizar a economia brasileira nas regiões Norte e Nordeste, fazendo com que a “ralé de novos escravos” votasse pela primeira vez na esquerda e que o Democratas (DEM) perdesse a força que tradicionalmente teve no interior do Nordeste (SOUZA, 2017).

Devido às ações para a inclusão da maioria pela primeira vez na história do país, a imprensa tornou-se um ator decisivo da “elite do dinheiro” para minar os governos populares do PT, visto que passou a agir como partido político (SOUZA, 2017). A primeira tentativa consequente de derrubar o PT do poder foi o Mensalão, em 2005, porquanto teve neste momento a ação concertada entre mídia e aparelho jurídico-policial do Estado (SOUZA, 2017, p.50). Desta forma, foi dado o primeiro passo para que a condenação do partido e das classes populares pudesse ocorrer de forma sistemática com o golpe de 2016 (SOUZA, 2017). Souza (2017) defende a tese de que a desigualdade foi diminuída no Brasil por causa das ações exclusivas do PT. Arretche (2018, p.14) reconhece a importância das ações dos governos petistas, que foram responsáveis pela maior redução da desigualdade de renda em favor dos mais pobres, além da expansão do acesso à saúde e educação. No entanto, Arretche (2018) afirma que a desigualdade vem sendo reduzida desde o início dos anos 1990 — portanto em governos conservadores¹⁴.

sua afirmação é a importância do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo suas teses sobre o regime burocrático-autoritário e sua proposta de social democracia que foram centrais para a fundação do partido. Por mais que Cardoso tivesse admiração pela obra clássica de Holanda, não há sustentação para essa tese. Para uma abordagem sobre a importância de obra de Cardoso para a fundação do PSDB, ver Ribeiro (2010).

¹⁴ Sobre a ação dos governos conservadores no combate à desigualdade, Arretche (2018) argumenta: “A política de inclusão dos *outsiders* se desdobrou em duas fases distintas. A primeira ocorreu na transição para a democracia, da qual resulta o capítulo social da CF de 1988, que vinculou aposentadorias não contributivas ao

Assim, a queda na desigualdade não pode ser reduzida às ações de um governo partidário, no caso o PT. O argumento de Souza, portanto, não possui sustentação porque a redução da desigualdade de renda não é um atributo exclusivo dos governos de esquerda como defende o sociólogo.

Aliado ao “esquecimento” da importância do PSDB para a redução da desigualdade de renda, Souza sobrevaloriza o legado petista porque o alcance de suas políticas redistributivas foi reduzido. Isto ocorreu porque a estrutura tributária regressiva foi mantida durante os governos petistas. Assim, a penalização dos pobres continuou aliada à manutenção dos privilégios para os ricos. Desta forma, não houve uma efetiva política redistributiva realizada pelo PT (FLEURY e PINHO, 2018, p.20).

Além de não apresentar elementos empíricos que sustentem suas teses sobre a excepcionalidade dos governos petistas, Souza (2017) não traz em sua argumentação nenhuma crítica às escolhas e aos caminhos tomados pelos governos do PT, visto que seu objetivo premente é denunciar o golpe de 2016 como ação exclusiva da “elite do dinheiro”. Tampouco existe na argumentação de Souza qualquer menção ao sistema político como um ator que possui uma “autonomia relativa” quando comparado às demandas existentes na sociedade e em outros sistemas sociais. Para Souza (2017), o sistema político é reflexo direto da luta de classes, como é reproduzido pelo “economicismo” marxista¹⁵ criticado pelo sociólogo¹⁶.

Além da perseguição às políticas sociais para a maioria esquecida da população, outro fator decisivo para explicar o golpe foi a ação tomada por Dilma Rousseff ao assumir a Presidência, em 2011, quando decidiu romper com o pacto rentista que garantiu tranquilidade ao

valor do salário mínimo e constitucionalizou os sistemas universais e gratuitos de saúde e educação. A segunda fase é resultado de mudanças endógenas associadas à criação de beneficiários dessas políticas. As elevadas taxas de participação eleitoral combinadas à constitucionalização dos direitos sociais converteram os beneficiários dessas políticas em categorias concentradas de eleitores, para cujas preferências convergem partidos conservadores e de esquerda” (p.14)

¹⁵ Para o marxismo ortodoxo, o Estado é resultado e manifestação das contradições inconciliáveis entre as classes sociais, ou seja, ele é dirigido diretamente pela classe dominante: “Segundo Marx, o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legaliza e consolida essa opressão, moderando o conflito das classes.”(LÊNIN, 1978, p. 141).

¹⁶ Em caminho contrário ao de Souza(2016, 2017), Fleury e Pinho(2018) elencam alguns fatores institucionais que foram decisivos para o golpe parlamentar de 2016: “A derrocada do governo Dilma Rousseff e do projeto de desenvolvimento com inclusão social do governo do PT deveu-se a uma combinação explosiva de fatores adversos e concomitantes: queda da taxa de crescimento e diminuição da arrecadação tributária, crise fiscal, fratura da coalização político-empresarial de suporte, instabilidade política e paralisia decisória do Parlamento, tendo em vista o recrudescimento da agenda conservadora capitaneada por Eduardo Cunha; conluio golpistas no âmago da base aliada e, finalmente, o esfacelamento do *presidencialismo de coalização* [ABRANCHES,1988](p.20).

segundo governo Lula e lucros gigantescos ao capital financeiro (SOUZA, 2017). Esse pacto ainda possuía como parceiros o grande capital industrial e o agronegócio, que se beneficiavam do retorno imediato proporcionado por uma das maiores taxas de juros do mundo (SOUZA, 2017). Este é o único trecho em que existe uma crítica ao PT na argumentação de Souza. Todavia, não deixa condições para uma crítica efetiva às escolhas e ações levadas a cabo pelos governos petistas.

A questão da legitimidade possui uma grande importância no argumento de Souza para explicar o golpe da “elite do dinheiro”, que precisava ter base social para ser bem-sucedido e popularmente consentido (SOUZA, 2017). Para tanto, a grande mídia passou a ter papel central no processo através de ataques sistemáticos ao governo Dilma. Os ataques ao PT e a Lula não representavam ações exclusivas contra o partido e seu líder, mas sim contra a política bem-sucedida de inclusão das classes populares levada a cabo pelo partido (SOUZA, 2017). O objetivo central da perseguição ao PT, portanto, é impedir qualquer governo que tenha como agenda incluir a maioria da população nos bens civilizatórios.

Segundo Souza (2017), existe uma linha de continuidade entre as “Jornadas de Junho” de 2013 e o golpe de 2016, pois nesse intervalo houve um ataque ininterrupto contra o governo petista até a sua queda. Apesar da existência de um potencial progressista no início das manifestações, estas terminaram sendo colonizadas pelo tema da “corrupção do Estado” pela mídia conservadora, que, por sua vez, é representante da “elite do dinheiro” (SOUZA, 2017).

Mesmo reconhecendo que as manifestações surgiram com uma perspectiva progressista, Souza constrói uma interpretação unilateral sobre os movimentos sociais que foram às ruas a partir de junho de 2013. Ao contrário de uma simples captura da esquerda pela direita, existe uma pluralidade causal que explica esses movimentos, uma vez que houve a presença de atores dos dois espectros políticos coexistindo no mesmo espaço (BRINGEL, 2018). Esta relação demonstra como a sociedade brasileira contemporânea está cada vez mais fragmentada e individualizada (BRINGEL, 2018, p.2 e 4). Como afirma Bringel (2018, p.4), as “Jornadas de Junho” não devem ser avaliadas apenas pelos resultados recentes, mas como um cenário aberto para uma avaliação plural e crítica. O foco unilateral na denúncia do golpe fez com que Souza se detivesse apenas sobre os resultados imediatos capitaneados pela direita.

Para sustentar seu argumento, Souza traz as abordagens do Jornal Nacional, da Rede Globo, telejornal mais importante do Brasil. O sociólogo defende que houve um conluio entre a Rede Globo e setores do Estado, especialmente o Judiciário, para derrubar o governo do PT:

Esse é certamente um caso único nas sociedades modernas: um grupo de mídia se intromete seletivamente na política, se alia a juízes com agenda própria e corporações com interesses particularistas, como o MP e a Polícia Federal, chantageia e ameaça juízes de tribunais superiores e políticos, usando a turba profascista da classe média como massa de manobra, e consegue destronar um governo eleito democraticamente (SOUZA, 2017, p.219).

A Rede Globo, portanto, possui um papel central na colonização do imaginário de seu público, sobretudo da fração profascista da classe média que foi às ruas para pedir a queda do governo Dilma (SOUZA, 2017). O sociólogo afirma que a Rede Globo teve papel fundamental de fabricar a ilusão de soberania virtual, em detrimento da soberania nacional representada pelo voto popular: “A Globo como que concentra o ódio secular e escravocrata ao povo e passa a expressar o pacto elitista e antipopular em ato” (SOUZA, 2017, p.222). O primeiro enfoque dado pelo telejornal foi classificar as “Jornadas de Junho” como movimento de caráter negativo, através do enfoque no trânsito e no prejuízo à população. Segundo Souza (2016), essa abordagem foi modificada a partir do dia 17 de junho, quando o Jornal enfatizou a PEC 37 e as críticas que esta sofria¹⁷. Após exibição de reportagem favorável ao Judiciário, a cobertura do Jornal Nacional do dia 19 de junho transformou os protestos em federalizados e representativos da explosão democrática do povo brasileiro (SOUZA, 2016, p.91).

Para alcançar seu objetivo, o Jornal Nacional expôs as bandeiras antipartidos e antipolítica que seriam fundamentais para o golpe de 2016, tendo o tema da corrupção política como mote principal através da difusão da tese do patrimonialismo (SOUZA, 2016). Assim, a fração profascista da classe média foi arregimentada pela mídia para ir às ruas contra o patrimonialismo do governo do PT (SOUZA, 2017). Souza (2016) afirma que a manipulação midiática do tema da corrupção possibilitou que a direita procurasse se apropriar dessa bandeira, juntamente com o controle de gastos e a austeridade fiscal.

A criminalização do PT e de seu projeto passou a ser a bandeira do complexo jurídico-policial do Estado e da mídia conservadora (SOUZA, 2016, p.110). Desta forma, a união entre a grande imprensa e a casta jurídica foi o fio condutor do golpe de 2016 (SOUZA, 2016)¹⁸.

¹⁷Segundo Souza (2017): “A PEC limitava a atividade de investigação criminal às políticas federal e civil dos estados e do Distrito Federal, como, aliás, acontece na maioria dos Estados democráticos. Isso contrariava o desejo de integrantes do Ministério Público, que também queriam investigar e acusar, o que por sua vez contrariava a divisão de trabalho típica do judiciário. A ideia aqui é que haja controles recíprocos e nenhum órgão possa monopolizar todas as ações e momentos processuais. O ‘agrado’ do JN ao MP já lançava as primeiras bases da atuação em conluio” (p.90).

¹⁸Segundo Souza (2016): “O juiz Sérgio Moro, que conduziu operação, foi alçado, pela manipulação midiática, à figura política maior da direita. Devemos a ele, inclusive, o fato de a direita brasileira ter saído do

Para Souza (2017), portanto, a operação Lava Jato não estava combatendo a real corrupção existente no país, mas apenas protegendo os interesses da “elite do dinheiro” que eram legitimados pela colonização do imaginário popular, sobretudo a fração profascista da classe média. Por intermédio da colonização do imaginário popular de que a corrupção está resumida apenas ao Estado e aos partidos de esquerda, o mercado possuía as condições para agir de forma livre através da aplicação de altas taxas de juros e do controle da dívida pública (SOUZA, 2017). Devido à forte pressão que seu governo sofria, a presidente Dilma Rousseff adotou um ajuste fiscal que retirou a base popular que proporcionara sua vitória em 2014. Ao mesmo tempo, deu legitimidade à Lava Jato e à sua bandeira anticorrupção estatal. A conjugação dos fatores acima citados foi fundamental para o golpe (SOUZA, 2016). O golpe representou o domínio da “elite do dinheiro”, o ataque à democracia e às conquistas sociais da Constituição de 1988, e a naturalização e consequente legitimação da real corrupção brasileira existente no mercado (SOUZA, 2016).

Mesmo com todas as consequências negativas, Souza aborda o caso do aprendizado coletivo que ocorreu com gerações que sucederam ao nazismo na Alemanha, responsável por fazer daquele um dos países mais democráticos do mundo. No caso brasileiro, o sociólogo aponta que o golpe de 2016 pode ser um caminho para que possamos, também, construir um aprendizado coletivo e estabelecer um país efetivamente democrático. Como o dilema brasileiro está circunscrito às classes sociais, de quem o sistema político é reflexo direto, o lado normativo da análise de Souza é a aposta em um aprendizado moral e político da sociedade brasileira para o qual seu trabalho parece ter um papel central.

A dimensão normativa no trabalho de Souza é um elemento de continuidade com o PPB, uma vez que o pedagogismo proposto pelo sociológico, no caso específico para a classe média, é um traço central de nossas tradicionais interpretações da vida política brasileira. Neste ponto, portanto, Souza segue o PPB mesmo que de forma pouco articulada, uma vez que não existe um programa político propriamente dito para a sociedade brasileira em sua teorização. O que existe, de fato, é a aposta no papel do intelectual no mundo moderno como caminho para mudar a visão de mundo considerada equivocada, ou seja, para proporcionar condições para que a classe média brasileira possa constituir uma “autêntica consciência de classe” e, assim, ser protagonista de uma

armário e ter, finalmente, não apenas se assumido enquanto tal, mas também conseguido construir um discurso tão poderoso quanto o combate à desigualdade que havia se tornado a bandeira invencível da esquerda” (p.118-119).

grande reforma moral da sociedade brasileira através de um importante aprendizado político sobre seus erros e reais interesses.

A teoria crítica tem como sentido analisar a realidade tendo como pano de fundo o surgimento de uma nova realidade na qual a emancipação possa ocorrer, ou seja, existe uma relação direta entre o diagnóstico e a ação pragmática: “Sendo assim, a teoria crítica não pode se confirmar senão na prática transformadora das relações sociais vigentes” (NOBRE, 2004, p.11). Acredito que este seja um dos pontos mais fracos da teorização da Souza, pois o lado normativo de sua “teoria crítica da modernidade periférica” é extremamente frágil para fazer jus à tradição da teoria crítica da sociedade capitalista. Além do diagnóstico dos obstáculos à emancipação, acredito que Souza deveria sistematizar sua proposta de forma a apontar como seu trabalho poderia proporcionar, efetivamente, condições concretas para a mudança do padrão de dominação de classe de uma das sociedades mais desiguais do planeta. Desta forma, a junção sistemática entre teoria e prática o ligaria de maneira mais adequada à tradição da teoria crítica.

A MODERNIDADE GLOBAL, O BRASIL E A ESQUERDA

Domingues (2013) propõe uma análise do Brasil contemporâneo através de uma perspectiva global, de forma a apontar seus caminhos, impasses e possibilidades. Apesar da existência de peculiaridades nacionais, o recurso à história torna-se insuficiente para compreender os dilemas contemporâneos. Com essa perspectiva, o sociólogo vai de encontro à interpretação de Souza (2016, 2017), para quem a contingência histórica, ou melhor, o passado escravista é elemento central para entender o Brasil contemporâneo. O fator decisivo para Domingues (2013), no entanto, é analisar o presente tendo como foco a nova história do Brasil moderno iniciada com as “Jornadas de Junho” de 2013, voltada para a aposta em um novíssimo desenvolvimento. Portanto, se o PPB sempre teve como foco central interpretar o presente pelo passado, que é seguido por Souza como dimensão decisiva, o sociólogo procura demarcar com sua perspectiva o esgotamento de nossas tradicionais interpretações, bem como a importância de sua teoria:

O desafio é real e temos de lhe fazer face. As mudanças profundas vividas pelo Brasil ao longo dos dois últimos séculos, em particular o XX, explicam e justificam essa nova situação e o argumento a favor de uma alteração em nosso foco interpretativo, de modo a dotar as ciências sociais brasileiras de relevância mais direta para o debate contemporâneo. Por outro lado, é evidente que essa compreensão seria apenas parcial se descuidássemos da inserção do país em seu contexto mais amplo (DOMINGUES, 2013, p.11).

Para compreender de forma plural o golpe de 2016, Domingues não apenas constrói uma interpretação dialética entre o global e o local, mas também efetua uma análise dos elementos históricos que propiciam os caminhos para uma interpretação ampla do momento extremamente complicado de uma das maiores crises da história brasileira (DOMINGUES, 2017). Nesse sentido, a crise atual tem como pano de fundo o encerramento de um longo ciclo democratizador que havia sido iniciado nos anos 1970, somado ao término da hegemonia incontestada do PT junto à esquerda após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (DOMINGUES, 2017).

As chamadas “Jornadas de Junho” são um ponto fundamental de diferenças entre Jessé Souza e José Maurício Domingues. Para Souza, as jornadas representaram, fundamentalmente, o ponto de partida do golpe de 2016 e a reprodução do comportamento ultraconservador da “elite do dinheiro” e da fração profascista da classe média. Domingues (2013), por sua vez, constrói argumento em direção diversa ao afirmar que esses movimentos exprimem a construção de uma nova história do Brasil, representada pela participação de estudantes, trabalhadores mais ou menos qualificados que foram massivamente às manifestações para deixar claro que a “agenda do combate à pobreza e das políticas setoriais mostrou haver atingido em larga medida seus limites de ascensão social” (DOMINGUES, 2013, p.97). Para tanto, o sociólogo propõe uma interpretação abrangente dos elementos que levaram aos movimentos e ao golpe.

Domingues (2013) defende que o Brasil tem experimentado desde os anos 1990 mudanças aceleradas na sociedade e em suas instituições. De forma específica, o país tem transformado a posição dos trabalhadores no plano material e no imaginário nacional (DOMINGUES, 2013). Apesar da importância, o esgotamento das políticas focalizadas e a distância entre a população e os partidos políticos funcionaram como pano de fundo para as “Jornadas de Junho”. Em consonância com sua perspectiva dialética e global, Domingues (2013) demarca que as “Jornadas de Junho” de 2013 estão inseridas dentro dos movimentos sociais que surgiram desde a crise do capitalismo iniciada em 2008.

O sociólogo demarca a importância econômica da exportação das *commodities*, bem como as questões relativas à democracia, aos movimentos sociais e ao desenvolvimento que foram centrais para compreender o período. Existe nos trabalhos de Domingues (2013, 2017) uma perspectiva global para compreender a conjuntura que levou ao golpe de 2016, que inexistia na interpretação de Souza. Por conta do contexto acima referido, o sociólogo defende que o Brasil vive uma nova história que precisa ser compreendida levando-se em consideração as variáveis elencadas a partir de uma perspectiva global:

É claro que problemas pendentes, como a pobreza e a miséria seculares da maior parte da população, e toda nossa trajetória até aqui somente podem ser compreendidos com uma visada histórica. Mas o que se coloca em nossa agenda é a construção de uma nova história, totalmente em aberto, e não simplesmente alcançar uma modernidade que parecia nos escapar. Nesse sentido, não há diferenças significativas em relação ao restante do mundo (DOMINGUES, 2013, p.74).

Desta forma, não sofremos de um “déficit” de modernidade, como foi tão comum para nossos intérpretes durante os séculos XIX e XX, quando defendiam que a sociedade brasileira era pouco complexificada. Ao contrário de uma pretensa simplicidade de sua estrutura social, o Brasil passou por uma grande pluralidade em termos religiosos, sexuais, familiares e identitários (DOMINGUES, 2013). De forma explícita, Domingues (2013) rompe com o estilo periférico de redação do PPB e com uma de suas características centrais, que é análise do *atraso* e de nossas pretensas particularidades quando nos comparamos aos países cêntricos (LYNCH, 2016). Através de sua teorização, Domingues procura afirmar o caráter moderno da sociedade brasileira e de seus conflitos.

Esse pano de fundo construído pelo sociólogo é fundamental para analisar os caminhos tomados pelo PT durante o período em que esteve no comando do país, bem como compreender os motivos da queda de Dilma Rousseff. Ao contextualizar de forma ampla a conjuntura brasileira, Domingues (2013) nos fornece a possibilidade de apontarmos os erros cometidos pelo PT para que o golpe ocorresse, fato que não é possível com a interpretação de Souza, que reproduz a narrativa de uma verdadeira orquestração da elite financeira para derrubar o governo do partido; ou seja, existe uma simplificação da dimensão institucional no argumento do sociólogo.

Uma questão central colocada por Domingues (2013) que também o diferencia de Souza (2016) é o argumento de que o elemento central do PT foi o combate à pobreza e à miséria, e não à desigualdade. Assim, Domingues (2013) demonstra como a política social dos governos petistas foi uma continuidade dos governos tucanos, negada por Souza. Outro elemento de continuidade com os governos do PSDB foi o domínio pleno do capital financeiro e de seus privilégios¹⁹ (DOMINGUES, 2013).

¹⁹ Sobre a relação de continuidade entre os governos do PSDB e do PT, Domingues (2017) argumenta: “Cardoso procurou implementar uma variante do neoliberalismo moderada, já com tinturas sociais, assim como aprofundou a inserção do Brasil na economia global na direção de uma reprimarização que rebaixava nossa posição semiperiférica. Teve a virtude de combater o descontrole inflacionário. Luiz Inácio Lula da Silva,

Em relação à democracia, o sociólogo defende que houve avanços como os conselhos criados na Constituição de 1988 que se mantiveram ou foram expandidos. Desta forma, Domingues (2013) nega que os governos do PT tivessem cooptado os movimentos sociais de forma a inviabilizá-los em sua capacidade política de organização e reivindicação. Sua tese é que o país enfrentava um período de baixas mobilizações, o que o diferenciava do que ocorrera até a década de 1980 em torno do fim do regime militar e a instituição das eleições diretas.

O Programa Bolsa Família é conceituado como clientelismo burocrático difuso de caráter fortemente neoliberal, que só será retirado caso se torne uma renda mínima de caráter universal a partir da formulação da Consolidação das Leis Sociais (CLS) (DOMINGUES, 2013, p.65). Segundo Domingues (2017): “É possível, e necessário, pensar em políticas homogeneizadoras, de *status* social comum, que tenham o cidadão-trabalhador como seu sujeito de direitos, universais” (p.74). Mesmo com a ponderação crítica em relação às políticas focais, Domingues (2013, p.70) defende que ações como o Bolsa Família foram fundamentais para instituir uma revolução democrática de caráter molecular, responsável por transformar as seculares estruturas da desigualdade e ausência de liberdade de grande parte da população.

Mesmo com sua reconhecida importância, o Bolsa Família não foi uma política de efetivo combate à desigualdade porque seu caráter de política de diminuição da pobreza acabou reproduzindo um modo ambíguo que o limitara profundamente para combater de forma efetiva um dos maiores dilemas brasileiros e globais (DOMINGUES,2013). A limitação ocorre porque as políticas focalizadas subvertiam o neoliberalismo de um lado através da ação do Estado na vida dos indivíduos, mas se aliava a ele por recusar a definição de uma cidadania universal (DOMINGUES, 2013, p.79). O sociólogo não deixa de demarcar, portanto, a grande importância do programa, mas o faz observando sua inserção dentro de uma lógica global neoliberal, o que permite uma crítica interna que inexistia na interpretação de Jessé Souza. Precisamente, sua interpretação fornece condições para demarcar o caráter limitado das políticas de transferência de renda para um efetivo combate à desigualdade no Brasil, bem como para uma crítica ao PT se compararmos suas ações no poder aos compromissos históricos assumidos desde sua fundação.

Diferente de Souza, Domingues (2017, p.43-60) analisa o sistema político brasileiro através de seus principais partidos políticos. Desta forma, o sociólogo constrói uma interpretação ampla porque aponta os erros cometidos pelo PT e as contradições internas em seu projeto.

ao chegar ao governo, seguiu rota semelhante, mas acabou, a partir da crise de 2008, por adotar um modelo de mais intervenção estatal e políticas anticíclicas, bem como apostou no desenvolvimento do pré-sal e da indústria do petróleo para relançar a economia brasileira. Um neodesenvolvimentismo se delineou, o qual foi aprofundado no primeiro governo de Rousseff.” (p.23).

Assim, temos condições de demarcar como o partido possui parcela de responsabilidade na atual crise brasileira. Um elemento central das disputas internas do projeto petista era aquele que se voltava à questão da política econômica durante o governo da presidente Dilma Rousseff:

A questão, portanto, é como se resolve a tensão dentro do governo, entre suas alas mais à esquerda e mais à direita, e como, na sociedade mais ampla, se reafirma, enfraquece ou, oxalá, é superada a perspectiva individualista e “empreendedorista”, mercantilizadora, consumista e predatória que prevalece hoje como legado duradouro e menos explícito, mas mais insidioso, do neoliberalismo em nossas vidas; ou de como se trata o intocado sistema tributário brasileiro e ampliam-se as políticas sociais de cunho universal (DOMINGUES, 2013, p.90).

Apesar de apontar as contradições internas do “lulismo” (SINGER, 2009) bem como a força que o grande empresariado e o capital financeiro tiveram durante os governos petistas, Domingues (2013,2017) nega, assim como Souza (2017), a caracterização destes como “populistas”. Chamar de populista este período serve apenas para desqualificar as ações realizadas (DOMINGUES, 2013).

Apesar de apontar como a noção de “populismo” é utilizada de forma classificatória e sem rigor como também é feito por Souza, Domingues (2017) tem o cuidado de reproduzir os argumentos de Weffort (2003), que teve como objetivo defender que não constituímos uma sociedade de classes complexa, bem estruturada e que oferecesse as condições para que os trabalhadores pudessem possuir uma autêntica “consciência de classe” como teria ocorrido com as classes sociais dos países centrais. Domingues (2017) afirma que a sociedade brasileira contemporânea é complexa e pautada por interesses variados que precisam ser levados em consideração pela esquerda. Esta não deve reproduzir uma política de “guerra de classes” que só nos traria mais prejuízos na construção de um caminho progressista para o Brasil (DOMINGUES, 2017).

Ao contrário de Souza (2016), Domingues (2017, p.29) sugere que a tese do conservadorismo do Judiciário seja falsa, pois o liberalismo hegemônico neste poder não teria a ver com neoliberalismo, mas com a valorização da Constituição e dos direitos. Esse argumento, no entanto, não tem sustentação empírica, como reconhece o próprio Domingues.

Em sentido contrário à sugestão do sociólogo, Avritzer (2018) defende que o Poder Judiciário é conservador, pois se organizou à margem da soberania²⁰ popular, pois este teria uma “(...)

²⁰ Mesmo não concordando com a tese de que o Judiciário brasileiro seja conservador, Domingues (2017) não deixa de demarcar seus problemas como a ausência de controle externo e os altíssimos salários em relação ao

impermeabilidade às formas democráticas de entrada e a rejeição absoluta ao controle externo pelas outras duas instituições democráticas, a saber, o Poder Executivo e o Poder Legislativo” (AVRITZER, 2018, p.282-3). A partir dessas características, o Poder Judiciário se organizou de forma oligárquica no Brasil, como ocorre atualmente (AVRITZER, 2018). Como exemplo, Avritzer (2018, p.285) cita a Justiça Eleitoral, que, no lugar de civilizar a legitimação das eleições, termina sendo conduzida por um corpo jurídico que se coloca acima dos elementos soberanos da ordem política. Tendo o Judiciário um papel tão importante no Brasil, este ponto enfraquece a interpretação do sociólogo quando comparada com a de Souza, pois não existe um tratamento sistemático da questão que possa dar sustentação à sua afirmação sobre um poder que possui um papel central na crise contemporânea.

De acordo com Domingues (2017), a crise política e econômica atual é um aprofundamento do que se iniciara em 2013, que é o esgotamento do modelo econômico e a deslegitimação do sistema político perante a sociedade. O sistema político, por sua vez, configura-se a cada dia mais fechado em um modelo oligárquico para impedir que possa emergir a mudança social em torno de novas juventudes, religiosidade, transformações nas classes trabalhadora e média e novas formas de organização política e participação (DOMINGUES, 2017, p.8). Segundo Domingues (2017), esta não é apenas uma característica brasileira, mas uma tendência global de se instituir um regime denominado por ele como oligarquia liberal avançada, que substituiria a democracia liberal. O sociólogo possui o cuidado de não particularizar a realidade brasileira de forma essencialista como levado a cabo pelo PPB.

Ao contrário de Souza, Domingues (2017) constrói uma crítica ao sistema político que possibilita focar os erros cometidos pela esquerda e pelo PT, em particular. Isto porque existe o enfoque na dimensão institucional que permite observar a acomodação do partido ao sistema político que está fechado às demandas populares em torno da inclusão e participação (DOMINGUES, 2017).

Domingues (2017) também reproduz o pedagogismo do PPB em sua análise, mas de uma forma mais articulada e consistente quando comparada à interpretação de Souza, pois propõe ações institucionais que a esquerda deveria tomar no curto e médio prazos. Diante do quadro exposto, o sociólogo advoga pela necessidade de renovação do sistema político. De imediato,

conjunto da sociedade: “Acresce a isso que, como se sabe, os operadores do Judiciário hoje conformam um grupo de servidores sem par no Brasil, com rendimentos, entre legais e semilegais, legítimos e ilegítimos, que os tornam parte de ao menos suas classes médias altas, além de contarem com a falta de controle externo que hoje, malgrado a existência do Conselho Nacional de Justiça(CNJ), ainda parece caracterizar a corporação.” (p.28-9).

deve ocorrer o protagonismo das forças de centro, devido ao menor número da esquerda no Parlamento, mas que não tenham compromisso com a condução neopatrimonialista do poder como ocorre no presente (DOMINGUES, 2017). A esquerda só deveria postular ao poder quando tivesse um projeto definido e condições institucionais de materializá-lo (DOMINGUES, 2017).

Desta forma, a esquerda deve sair do isolamento em que se encontra através de uma aliança com o centro progressista como o percurso imediato para evitar a hegemonia da direita. O centro democrático é o caminho para que o Brasil não continue prisioneiro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e dos setores conservadores como ele (DOMINGUES, 2017). É urgente, portanto, ampliar as formas de participação popular através de uma visão da esquerda de caráter menos estatista, pois deve se organizar nas forças existentes na sociedade para que possam ser elaborados projetos de emancipação (DOMINGUES, 2017, p.39).

Sobre a utilização do conceito de “neopatrimonialismo” realizada por Domingues (2017) vale um importante parêntese. Simon Schwartzman (1988) foi o primeiro intelectual brasileiro a utilizar o conceito de neopatrimonialismo em seu clássico “Bases do Autoritarismo Brasileiro”. O conceito foi utilizado para negar o caráter tradicional do patrimonialismo brasileiro. Mesmo defendendo que não éramos atavicamente tradicionais, Schwartzman reproduz um conceito ainda embebido de elementos presentes na teoria da modernização tão criticada por Domingues, como um essencialismo cultural autoritário dos países que não tiveram o feudalismo em sua história progressa, ao passo que os países europeus seriam ontologicamente superiores por terem conseguido instituir relações contratuais que foram decisivas para governos representativos e democráticos.

Mesmo fazendo uma ponderação sobre o caráter global do neopatrimonialismo, a noção não recebe um tratamento rigoroso como existe de maneira geral no trabalho do sociólogo. Desta forma, Domingues (2017) termina reproduzindo acriticamente um termo problemático para analisar a realidade brasileira contemporânea, pelo menos no que tange à sua formulação conceitual a partir de uma leitura enviesada da sociologia da dominação weberiana²¹. Apesar de

²¹ De acordo com Bruhns (2012): o conceito de neopatrimonialismo possui importância específica, e não para definir o comportamento de todos os Estados contemporâneos. Mesmo assim, Bruhns (2012) argumenta que falta precisão conceitual como ocorre com a utilização feita por Domingues (2017) “Ainda que tal proposta seja problemática do ponto de vista da conceitualização weberiana dos tipos de dominação, a utilidade do conceito de (neo)patrimonialismo para a análise dos mecanismos e funcionamento do Estado africano pós-colonial não pode ser menosprezada. Isto, desde que o conceito seja claramente definido e que a referência a Max Weber venha acompanhada de uma discussão crítica de sua tipologia e que esta não seja unicamente utilizada por sua função legitimadora” (p.73).

todos os avanços trazidos por sua teorização, a utilização imprecisa do conceito de “neopatrimonialismo” liga Domingues (2017) ao PPB. Sobre a importância do “neopatrimonialismo”, Domingues (2017) argumenta:

Pode-se argumentar que a *corrupção* — que, na verdade, configura uma espécie de *neopatrimonialismo* moderno — não é o grande problema nacional; com certeza, não é o único. Se em todos os países esse neopatrimonialismo se apresenta como intrínseco ao Estado moderno, o vulto predatório que tomou no Brasil e a rejeição da sociedade às práticas que foram sendo desveladas nos últimos anos não podem ser, entretanto, desconsiderados (DOMINGUES, 2017, p.10).

Diferente da narrativa construída por Souza (2016, 2017), em que o PT aparece de forma exclusiva como vítima, Domingues (2017) aponta como os erros cometidos pelo partido e, em especial, por Dilma Rousseff, foram elementos importantes para compreender sua queda pelo golpe. Como exemplo, sua inabilidade política fez com que perdesse o apoio dos seus principais aliados, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o MDB (DOMINGUES, 2017, p.19). A sociologia política de Domingues foi fundamental para que os erros cometidos pelo PT fossem demarcados como dimensão fundamental para compreender o golpe, uma vez que o sociólogo se preocupa em analisar o sistema político e suas correlações de força, não simplificando suas ações como se elas fossem um puro reflexo da luta de classes como presente na interpretação de Souza.

Com a perda de seus principais apoiadores ao centro do espectro político, houve a inclinação destes à direita, somada à situação econômica brasileira que se tornava aguda como desdobramento da crise global e dos erros cometidos pela presidente em seu primeiro mandato (DOMINGUES, 2017, p.20). Assim, a interpretação do PT sobre as manifestações de junho de 2013, como se elas fossem apenas ações de oposição ao partido e ao governo Dilma, demonstrou um autismo político do partido, que não conseguiu analisar de forma plural a conjuntura que se apresentava (DOMINGUES, 2017, p.20). Para Domingues (2017), o golpe não seria mais uma versão da suposta cultura autoritária brasileira, como ainda é central para o PPB:

Tampouco se trata de um processo atávico do Brasil, em que a democracia não tem como se desenvolver devido a uma perversa e peculiar herança histórica. Na verdade, o regime de acumulação do capitalismo se apresenta como polarizado, as desigualdades aumentam e o Estado de bem-estar social recua onde foi implementado; em todo o mundo e em todas as suas regiões a democracia se restringe (DOMINGUES, 2017, p.20-1).

Domingues (2017) defende um plano estratégico para a esquerda, baseado na renovação de suas ideias e práticas como caminho necessário para enfrentar os ataques levados a cabo pela direita. Esta renovação é necessária porque houve uma organização paradoxal do poder no Brasil durante os governos petistas, representado pelo social-liberalismo e por um neodesenvolvimentismo difuso, pois representado de forma pouca definida pela criação de um mercado de consumo de massas (DOMINGUES, 2017).

Observando a dinâmica interna das correlações de força do campo político, Domingues (2017) advoga que o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff foi uma maneira utilizada pelos políticos que possuíam problemas com a justiça para tentar se livrar deles, aliados à grande burguesia que tinha se unificado (DOMINGUES, 2017, p.11). Precisamente, foi uma ação com o objetivo de barrar o avanço da operação Lava-Jato para que esta não atingisse políticos do MDB, do PSDB e de outros partidos. A Lava-Jato, portanto, não seria apenas uma orquestração contra o PT.

A agenda neoliberal foi secundária, pois era prioritária apenas para o empresariado nacional e o capital internacional (DOMINGUES, 2017, p.21). Como forma de sustentar seu argumento, Domingues afirma que o governo Temer e seu partido relutaram em implantar um ajuste neoliberal rigoroso com os cortes de gastos em áreas estratégicas como saúde, educação e ciência e tecnologia, bem como a reforma trabalhista. As derrotas da esquerda e do PT, em particular, nas eleições municipais de 2016 acabaram facilitando a implantação da agenda neoliberal (DOMINGUES, 2017, 22).

Os conflitos internos à classe dominante foram fundamentais para que essa não viesse a progredir de forma consolidada (DOMINGUES, 2017). Assim como Souza, Domingues advoga que o grupo Globo age como partido político da burguesia brasileira. Domingues (2017) também demarca o peso central do capital financeiro, cuja hegemonia sequer foi ameaçada. Com um argumento próximo ao de Souza, Domingues (2017) afirma que a burguesia poderia ter construído junto com o Estado um projeto nacional de desenvolvimento que abarcaria toda a sociedade. No entanto, preferiu o caminho da rapina (DOMINGUES, 2017, p.26).

Tendo como pano de fundo um contexto tão complicado, Domingues (2017) afirma que a esquerda precisa colocar a questão democrática como central, baseada no pluralismo e participação popular como caminhos prioritários. Para tanto, é necessário reorganizar a centro-esquerda de forma que ela possa conseguir apoio de amplos setores da classe média com pautas em torno dos direitos sociais *universais e questões ambientais* (DOMINGUES, 2017, p.54). Assim como Souza (2017), Domingues também advoga que a classe média possui um papel decisivo

para a construção de um país mais justo e democrático. No entanto, Domingues (2017) especifica de forma concreta como os setores progressistas da classe média podem colaborar para a incorporação de pautas emancipatórias no Brasil contemporâneo. Precisamente, o sentido original da teoria crítica (NOBRE, 2004) está presente de forma mais organizada e sistemática na teoria de Domingues (2017).

Como já havia afirmado, Domingues (2017) advoga que se a esquerda não tiver um projeto estratégico de longo prazo e tentar voltar ao poder de forma imediata corre um grande risco de ter uma derrota total. Assim, a ação programática e pragmática da esquerda, no sentido de se renovar intelectual e politicamente, é crucial para que o país tenha condições de superar a crise atual, que Domingues procura demonstrar que não é uma pretensa marca de um essencialismo brasileiro, como supõem as leituras do PPB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Interpretar o Brasil é um das questões mais instigantes e complexas que se colocam aos nossos intelectuais. Este foi o desafio enfrentado por Jessé Souza e José Maurício Domingues em suas análises sobre a crise brasileira contemporânea. Os dois sociólogos produziram teorizações que têm como objetivo romper com as tradicionais interpretações do Brasil e, ao mesmo tempo, teorizar sobre a modernidade global e seus dilemas a partir da periferia.

Os esforços de Souza e Domingues são notáveis, porque abrem uma nova agenda de pesquisa para as ciências sociais brasileiras no sentido de interpelar a teoria social contemporânea e suas autoimagens sobre a modernidade, bem como trazer caminhos para a superação do colonialismo mental presente no PPB e que não nos permite produzir teoria social com validade universal. Acredito, portanto, que Souza e Domingues produzem suas teorizações de acordo com o papel atual do PPB demarcado por Maia (2011), que é interpelar e fertilizar a teoria social contemporânea.

Analisei de maneira comparada as formas como Souza e Domingues articularam suas teorizações às análises de conjuntura tendo como pano de fundo as características do PPB demarcadas por Lynch (2016). A partir da análise comparativa dos esforços teóricos para analisar uma crise ainda em vigência, trago algumas questões sobre os trabalhos dos dois sociólogos por mim analisados.

Jessé Souza propõe uma teoria crítica da modernidade periférica. Assim, o sociólogo afirma ter se afastado completamente do PPB. Quando analisamos sua proposta de

modernização seletiva e de formação da “ralé de novos escravos”, observamos que as imagens de “desvio”, “incompletude” e “ausência” continuam a ser repetidas por sua teorização. A teoria de Souza reproduz apenas o Brasil como unidade de análise, aliado ao passado como dimensão central de sua interpretação. Destarte, o autor termina reafirmando traços particulares à realidade brasileira, assim como ocorre com o PPB. Souza fica, portanto, à sombra das interpretações que critica (TAVOLARO, 2005).

O sociólogo critica o “economicismo” marxista por explicar a formação da sociedade de classes apenas pelo lugar ocupado na produção e as ações sociais por estímulos econômicos. Sua proposta sociocultural para explicar a formação de classes é, certamente, um avanço em relação ao “economicismo”. Mesmo assim, Souza segue este ao defender que o Estado brasileiro é reflexo direto da luta de classes, ou seja, que não existe um grau de “autonomia relativa” do sistema político que possibilite analisá-lo em sua composição e lutas internas. A ausência de uma análise detida do sistema político faz com que Souza reproduza uma visão reducionista presente no “economicismo”. A perspectiva de Souza impossibilita uma crítica aos erros cometidos pelo PT que também foram importantes para compreender o golpe parlamentar.

Como teoria crítica, o horizonte emancipatório dos dominados deveria estar presente como dimensão central de sua argumentação. No entanto, o máximo que existe nas interpretações de Souza é o papel principal dos intelectuais e de seu trabalho, em particular, para construir “consciência crítica” na classe média. Através de sua teoria, a classe média, que detém o “capital cultural”, pode modificar sua autocompreensão sobre os dilemas brasileiros e gerar um aprendizado coletivo capaz de produzir um país efetivamente democrático. Para Souza, apenas o seu trabalho poderia originar consciência crítica e transformadora à classe média brasileira. Não existe, portanto, qualquer proposição de saída da dominação exercida pela “elite do dinheiro” através da luta político-institucional, por exemplo, para a “ralé de novos escravos” e os trabalhadores precarizados, pois reproduziriam uma dificuldade estrutural para um aprendizado político derivado da ausência de capital cultural. Com a reprodução estrutural da condição de classe, como pode ocorrer, efetivamente, a emancipação da massa de dominados?

Mesmo tendo um objetivo similar ao realizado por Souza, acredito que Domingues (2009, 2011, 2013) é mais bem-sucedido em sua proposta, pois realiza uma teorização que leva em consideração as realidades periféricas e semiperiféricas de países da América Latina, bem como da China e da Índia. Domingues também possui mais êxito em sua tarefa de se afastar do PPB, pois analisa os dilemas contemporâneos vividos pelo Brasil a partir de uma perspectiva dialética e plural, fazendo com que consigamos observar o lugar do país na geopolítica global e, também,

compreender as possibilidades efetivas de mudanças que possuímos. No entanto, acredito que a ruptura de Domingues com o PPB não é plena, visto que a utilização da noção de neopatrimonialismo é realizada sem rigor pelo sociólogo, uma vez que ele não interpela criticamente a maneira como esta noção é utilizada entre nós.

Outro ponto de fraqueza na interpretação de Domingues é a maneira pontual com a qual ele aborda o Judiciário e o caracteriza. Acredito que este, devido à grande politização e protagonismo alcançados na intrincada conjuntura, deveria receber um tratamento mais cuidadoso do sociólogo para defender, por exemplo, o caráter não conservador deste poder central da República.

Ao analisar o sistema político como uma dimensão importante para a compreensão ampla do golpe, Domingues (2017) fornece as condições para entendermos a parcela de responsabilidade que o PT possui, os erros da esquerda e, sobretudo, as possibilidades de ação política para a formação de um programa para a esquerda que forneça reais condições de construir um país em que os seus dilemas contemporâneos, junção da contingência histórica e da conjuntura global, possam ser enfrentados e superados, colocando a emancipação como horizonte normativo.

Acredito que as teorizações e análises de Domingues, apesar das limitações apontadas, são mais efetivas que as de Souza para que possamos, a um só tempo, repensar as tradicionais interpretações do Brasil, o lugar dos intelectuais brasileiros na geopolítica do conhecimento e teorizar um projeto consistente de esquerda para os próximos anos como agendas fundamentais. Acredito também que ele oferece caminhos mais sólidos que Souza para compreender e vislumbrar caminhos emancipatórios para os dominados do Brasil contemporâneo através da construção de uma original teoria crítica ecumênica. De qualquer forma, os dois sociólogos nos deixam como grande contribuição a necessidade premente de nos repensarmos enquanto país, nação e intelectuais em um mundo cada vez mais global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRETCHE, Marta. (2018). Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: A inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo. V.33, n.96, p.1-23.

AVRITZER, Leonardo. (2018). O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo. v.37, n.2. p.273-289.

BASTOS, Elide Rugai. (2013). A Construção do debate sociológico no Brasil. *Ideias*, Campinas.V.4, p.287-300.

- BRINGEL, Breno. (2018). Como ler junho de 2013 com os olhos de 2018. Entrevista Nexo Jornal. <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/06/09/Como-ler-junho-de-2013-com-os-olhos-de-2018-segundo-este-pesquisador>. Acessado em 06/09/2018.
- BRUHNS, Hinnerk. (2012). O conceito de patrimonialismo e suas interpretações contemporâneas. *Revista de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, n.4, p.61-77.
- COSTA, Sérgio. (2010). Teoria por adição. In: MARTINS, Carlos Estevão (Org.) Horizontes das ciências sociais no Brasil: Sociologia. São Paulo: ANPOCS, p.25-51.
- DAMATTA, Roberto. (1981). *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar Editor.
- DOMINGUES, José Maurício. (2009). *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- DOMINGUES, José Maurício. (2011). *Teoria crítica e semi (periferia)*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- DOMINGUES, José Maurício. (2013a). *Modernidade global e civilização contemporânea: para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- DOMINGUES, José Maurício. (2013b). *O Brasil entre o presente o futuro: conjuntura interna e inserção internacional*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2013.
- DOMINGUES, José Maurício. (2017). *Esquerda: crise e futuro*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.
- FAORO, Raymundo. (2008). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Ed. Globo.4. Edição.
- FLEURY, Sonia M. e PINHO, Carlos Eduardo S. (2018). Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário. *Revista Katál*, Florianópolis, vol.21, n.1, p.14-28.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. (1995). *Raízes do Brasil*. 26ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- LÊNIN, Vladimir I. (1978). A sociedade de classes e o Estado. In: FERNANDES, Florestan (Org.) Lênin: política. São Paulo, Editora Ática, p.139-152.
- LYNCH, C. (2013). Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, V.56, n.4, p.727-767.
- LYNCH, C. (2016). Cartografia do pensamento político brasileiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.19, p.75,119.
- MAIA, João Marcelo. (2011). Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, V.26, n.2, p.71-89.
- MOORE Jr., B.(2010) [1966]. *Origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa, Edições 70.
- NOBRE, Marcos. (2004). *A teoria crítica*. São Paulo, Ed. Zahar.
- PERLATTO, Fernando. (2013). Teoria crítica e semiperiferia: Reflexões sobre a modernidade global e a geopolítica da teoria sociológica. *Sociologias*, Porto Alegre, n33, p.346-356.
- RIBEIRO, Marcos A. (2010). *Autoritarismo e democracia no pensamento político de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Henrique Cardoso*.341f. Dissertação mestrado em Sociologia Política. UENF, Campos dos Goitacazes.

- SANTOS, Wanderley Guilherme. (2017). *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro. FGV Editora
- SCHWARTZMAN, Simon. (1988). *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2ª ed, São Paulo: Campus.
- SELL, Carlos Eduardo. (2016). As duas teorias do patrimonialismo em Max Weber: do modelo doméstico ao modelo institucional. In: X Congresso da ABCP, Belo Horizonte, p.1-20.
- SINGER, André (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, v.85, p.83-102.
- SOUZA, Jessé. (2015). *A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.
- SOUZA, Jessé. (2016). *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo, LeYa.
- SOUZA, Jessé. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo, LeYa.
- TAVOLARO, Sergio. (2005). Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. São Paulo, RBCS, vol.20, n.59.
- TAVOLARO, Sérgio. (2014). A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol.57, n.3, p.633-73.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. (2006). *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: FVG.
- WEFFORT, Francisco. (2003). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 5ªed.

Marcos Abraão Ribeiro

Doutor em Sociologia Política pela Uenf, professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF